

Assassinos de Steve Biko, activista anti-*"apartheid"*, pretendem amnistia em troca da confissão

PÚBLICO
29 - 01 - 97

“Negro, estás por tua conta”

Pedro Rosa Mendes

O “apartheid” matou Steve Biko, líder da Consciencialização Negra, em 1977. Cinco ex-policías confessaram finalmente o crime. Trocam a verdade pela amnistia. Mas a família não perdoo. “Um dia como os outros” na Verdade e Reconciliação do arcebispo Tutu. Um episódio mais na santificação do Cristo sul-africano. “Demasiadas coisas estiveram escondidas demasiado tempo.”

Steve Biko foi mantido vinte e cinco dias em isolamento, amarrado, nu, a um radiador, numa cela de onde saía apenas para a sala de interrogatório 619 da polícia de Port Elizabeth. Cinco dias depois de uma pancada que lhe deixou lesões cerebrais irreversíveis, foi atirado para as traseiras de um jipe e conduzido, cego, ao Hospital Prisional de Pretória, a 1200 quilómetros. Morreu no dia seguinte, a 12 de Setembro de 1977.

No longo calendário do *"apartheid"*, este era *"um dia como os outros"*, como canta Peter Gabriel em *"Biko"*. A morte do activista permaneceu impune até agora e, a partir de ontem, talvez para sempre: antigos oficiais sul-africanos confessaram ter morto o fundador do Movimento de Consciencialização Negra (BCM). O anúncio foi feito pela Comissão da Verdade e Reconciliação (TRC), que oferece o perdão da justiça sul-africana em troca da confissão de

crimes cometidos nos anos do *"apartheid"*.

“Vários pedidos deram entrada na Comissão, assinados por antigos oficiais das forças de segurança, que indicaram que pretendem ser amnistiados nas acusações de agressão e homicídio premeditado”, segundo uma declaração ontem distribuída em Port Elizabeth. Esses oficiais “reconhecem responsabilidade nas agressões a Stephen Bantu Biko” e “na morte”.

Segunda-feira, o *"Herald"* de Port Elizabeth avançou os nomes dos cinco policías: Harold Snyman, Gideon Nieuwoudt, Ruben Marx, Daantjie Siebert e Johan Benke, com idades entre os 30 e os 75 anos. Nieuwoudt teria igualmente confessado o assassinio de mais três militantes.

Alguns dos ex-policías confessaram também o seu envolvimento em três casos que até hoje não tinham sido elucidados: o assassinio de três membros do movimento anti-*"apartheid"* PEPCO em Maio de 1985; o de quatro militantes de Cradock, do nome da cidade 200 quilómetros a norte de Port Elizabeth, em Junho de 1985; e a eliminação de Siphwe Mtinkulu e Topsy Madaka, em Abril de 1982. Os casos PEPCO e Cradock tiveram o mesmo método: as vítimas foram drogadas, abatidas, queimadas e atiradas no rio Fish, no Cabo Oriental.

“Racista”

Morto com apenas 30 anos, Steve Biko subiu ao firmamento da luta anti-*"apartheid"* como um mártir, espécie de Cristo da libertação africana. Foi essa a imagem que guardaram dele os jovens das cidades negras sul-africanas, foi esse o *"poster"* consolidado no mundo inteiro pelo filme *"Cry Freedom"*, de Richard Attenborough, e pela banda sonora que lhe dedicou Peter Gabriel.

“Negro, estás por tua conta”, costumava dizer Steve Biko, que morreu depois de ter sido preso sob a acusação de desrespeitar a interdição de falar em público. Biko insistia que a população negra não podia lutar pelos seus direitos antes de conseguir livrar-se de um complexo de inferioridade adquirido sob três séculos de doutrinação branca. “A arma mais poderosa nas mãos do opressor é a mente do oprimido.”

“A tarefa de livrar o nosso povo desta inferioridade é um trabalho sem fim e tem que ser levada a cabo até a libertação ser alcançada e ainda para além disso”, declarava, no décimo aniversário da morte de Biko, o presidente da Associação do Povo Azaniano (APO), Nkosi Molala. A APO foi fundada em 1979 para prosseguir a luta da Consciencialização Negra e durante anos testemunhou a força da mensagem de Biko.

Para muitos que o conheceram, Steve Biko teria sido o único líder sul-africano a poder disputar a presidência a Nelson Mandela. Mesmo tendo em atenção que nos anos 80 o BCM teve bastante menos militantes que a Frente Democrática Unida, a principal aliança anti-*"apartheid"*, multirracial: a Consciencialização Negra rejeitava o envolvimento e o dinheiro dos brancos. Para muitos negros e brancos sul-africanos.

Mandela percebeu claramente que o BCM *"tinha ajudado a preencher um vazio no seio dos jovens"* depois da proibição do ANC, do PAC e do Partido Comunista. Mas as ideias de Biko — *"mais uma filosofia que um movimento"* — não eram as do actual Presidente sul-africano, como ele explica em *"Longo Caminho para a Liberdade"*: *"Embora a sua militância me animasse, achava que a filosofia deles, ao concentrar-se na negritude, era sectária e representava uma posição intermédia que não estava completamente ama-*

durecida.”

Um magistrado considerou, em 1977, que ninguém podia ser responsabilizado pela morte de Biko, embora o Governo tenha pago à família 65.000 rãndes (78.000 dólares à época), num acordo extrajudicial. O ministro da Justiça da altura, Jimmy Kruger, explicou que Biko tinha morrido devido a uma greve de fome e comentou o desaparecimento de forma brutal: *"Não me aquece nem me arrefece!"*

"Demasiadas coisas estiveram escondidas demasiado tempo", afirmou Donald Woods ao saber da confissão dos ex-policías. Woods tem o papel principal em *"Cry Freedom"* (baseado em dois dos seus livros). Ele é o editor branco que perseguiu Steve Biko nos jornais chamando-o *"racista negro"* — mas que depois se tornou seu amigo e acabou por fugir do país em 1977 para denunciar o crime ao mundo —, um *"Saul"* digno do *"Cristo"* sul-africano. *"Tenho pensado durante anos quando é que eles sairiam do baú"*, adiantou Woods, para quem Biko *"deixou uma poderosa herança"*.

O aplauso de Woods não é partilhado pela família de Biko, que pretende evitar que os ex-policías sejam amnistiados. *"Se têm provas, o único caminho a tomar é o tribunal"*, declarou o filho do activista, Nkosinathi Biko. Há um ano, a viúva, Ntsiki Biko, 49 anos e líder da campanha contra as amnistias do arcebispo Desmond Tutu, presidente da TRC, alegou em tribunal a inconstitucionalidade dos perdões da Comissão, mas perdeu a causa.

"Fala-se muito em reconciliação", explicou Ntsiki, *"mas não sei quem é suposto reconciliar-se com quem. São as famílias das vítimas que têm de se reconciliar com os autores destes crimes, ou é o Governo que é suposto reconciliar-se com os autores? O que pretendo é que seja feita justiça."* ■

Cabo Verde

Tribunal devolve imóvel ao PAICV

PÚBLICO
29 - 01 - 97

O TRIBUNAL da Praia ordenou, na segunda-feira, a devolução pelo Governo ao Partido Africano da Independência de Cabo Verde (PAICV) das instalações do antigo Instituto Amílcar Cabral, cuja propriedade vem sendo disputada entre o Executivo de Carlos Veiga e aquele partido da oposição (ver PÚBLICO de 16-1-97).

A decisão judicial estabelece que o PAICV deve continuar na posse das chaves até que seja definitivamente clarificado a quem pertence o imóvel inaugurado em 1985 e que o Governo pretende transformar num estabeleci-

mento de ensino superior.

As autoridades da Cidade da Praia alegam que a obra foi edificada em terreno e com verbas do Estado, razão pela qual a reivindica como património público. Neste sentido, no próprio dia em que o juiz civil da Praia decidiu favoravelmente à providência cautelar requerida pelo PAICV o Governo publicou, no "Boletim Oficial", um decreto que estabelece a instalação do Instituto Superior de Educação no antigo Instituto Amílcar Cabral.

O caso, que se arrasta desde 1991, foi de novo desencadeado

há duas semanas, quando o Governo ordenou a guarda do edifício, o que, por sua vez, suscitou uma manifestação de protesto organizada pelo PAICV no dia 18. Na ocasião, a polícia chegou a carregar sobre alguns manifestantes, tendo igualmente bloqueado com um "caterpillar" a estrada que serve de acesso ao referido instituto.

Outra acção do PAICV, que diz ter construído as instalações com donativos de partidos amigos, foi requerer ao tribunal a providência cautelar agora deferida. Ao comentar ontem à imprensa a

decisão judicial, Ilídio Cruz (membro da Comissão Política daquele partido) disse esperar que "o Governo cumpra finalmente a sentença e deixe de lado a postura de má fé e de violação sistemática da Lei e da Constituição que o tem infelizmente caracterizado em várias situações".

Com esta decisão, a disputa à volta das instalações do Instituto Amílcar Cabral vai continuar a tramitar em juízo até que seja definitivamente esclarecido a quem pertence o edifício em causa. ■

José Vicente Lopes,
na Cidade da Praia

Governo angolano de unidade previsto para o fim de Fevereiro

PÚBLICO
01 - 02 - 97

Cimeira daqui a três semanas

*Jorge Heitor**

Perante as pressões da ONU, o Presidente angolano e o líder da UNITA deverão finalmente reunir-se dentro de sensivelmente 20 dias, para que o Governo de Unidade e Reconciliação seja uma realidade logo a seguir. Se acaso não surgirem mais obstáculos.

O Chefe de Estado angolano, José Eduardo dos Santos, e o presidente da UNITA, Jonas Savimbi, encontram-se actualmente a combinar directamente entre si, em contactos telefónicos, uma reunião para a segunda metade deste mês, em vésperas da previsível tomada de posse do Governo de Unidade e de Reconciliação Nacional (GURN), disseram ontem ao PÚBLICO fontes diplomáticas.

Os deputados, ministros e vice-ministros que ainda não se encontram em Luanda deverão lá chegar daqui a duas semanas, para que depois seja marcada a data da tomada de posse do GURN, possivelmente a recair entre 22 e 25 de Fevereiro, de acordo com as fontes portuguesas e angolanas contactadas.

Por parte da UNITA, nem todos os 70 deputados a entrar

na Assembleia Nacional deverão ser os eleitos no ano de 1992; pois alguns foram mortos nos confrontos pouco depois verificados e outros perderam aparentemente a confiança da respectiva direcção partidária, como é o caso de Fátima Roque, até há pouco membro da Comissão Política mas que já não foi convocada para o Congresso Extraordinário de Agosto último.

Quinta-feira à tarde, hora de Nova Iorque, o presidente do Conselho de Segurança das Nações Unidas, japonês, que lia uma declaração aprovada por consenso, pediu que o GURN seja formado "sem mais demoras e sem condições", sob pena de se tomarem medidas contra os responsáveis pelo atraso.

Mesmo sem ter havido resolução formal, o Conselho recordou ao Governo de Angola e à UNITA que a comunidade internacional não poderá oferecer auxílio ao país se o processo de paz não progredir, nem garantir uma presença militar por muito mais tempo depois de terminar no fim do mês o actual mandato da Missão de Verificação (Unavem III).

Protocolo ameaçado

Horas antes da declaração do Conselho de Segurança, a apresentação da UNITA em Portugal observara, num comunicado, que, se o estatuto de Savimbi e outros assuntos não forem "correctamente resolvidos" antes da formalização do

GURN, "está ameaçada a aplicação do Protocolo de Lusaca".

O partido do Galo Negro propõe que o seu chefe deve ser o "Principal Conselheiro" do Presidente da República, com coordenação de ministérios com impacto no desenvolvimento rural e trabalho no regresso dos deslocados às suas áreas de origem, bem como na reintegração na sociedade civil dos mais de 100 000 militares desmobilizados.

A isso respondem os críticos da direcção da UNITA que para tal bem poderia ter sido aceite o cargo de vice-presidente da República proposto pelo MPLA e que o Congresso Extraordinário do ano passado rejeitou.

Outro tema quente é o da extensão da administração central a 81 municípios e 247 comunas (freguesias rurais) que o partido de Jonas Savimbi tem vindo desde há muito a ocupar, possuindo neles uma rede de serviços administrativos e sociais, que receia ver desmantelados ou discriminados.

"A extensão da administração central não pode ser a guerra por outros meios. Se este as-

sunto for deixado nas mãos de militares mal pagos e indisciplinados, pode-se estar a minar a reconciliação nacional e a originar conflitos sociais", disse a UNITA no comunicado esta semana distribuído em Lisboa.

Enquanto isto, noutra frente do complexo panorama angolano, a presidência do Governo constituído no exílio pela Frente de Libertação do Enclave de Cabinda (FLEC) nem sequer com a promessa de "um drink" conseguiu reunir mais de 30 pessoas, na "importante manifestação" que, para o dia de ontem, anunciara em Paris, a fim de criticar uma vez mais a "ocupação ilegal" de tal província pelo Estado angolano.

A iniciativa fora anunciada em cartas que tinham escrito em epígrafe "República de Cabinda" e que eram enviadas a partir da Bélgica por um tal "Presidente" Benício Mavoungou, eleito em Novembro do ano passado, segundo explicou ao PÚBLICO o respectivo "primeiro-ministro", comandante António Luís Lopes. ■

* com Ana Navarro Pedro,
em Paris



"África é tão importante para Portugal como a União Económica e Monetária"

EXPRESSO
01 - 02 - 97

PORTUGAL-Europa-África, o triângulo onde se joga o futuro da economia portuguesa, é o tema do 8º Encontro SaeR, que terá lugar no próximo dia 7 no Centro Cultural de Belém, em Lisboa. Ernâni Lopes considera que é chegado o momento de debater esta temática e não se cõbe de afirmar que «África é tão importante para Portugal como a moeda única».

Para o sócio-gerente da SaeR, o Governo e os empresários portugueses têm de pensar em África, e rapidamente, sob pena de perderem definitivamente o comboio. Ernâni Lopes defende o conceito de triangulação, entre portugueses, africanos e terceiros — que podem ser europeus, designadamente alemães, brasileiros ou norte-americanos — para a concretização de investimentos em África.

O encontro será aberto por Ernâni Lopes, que abordará o tema na óptica de ser «Uma questão fulcral para o futuro». Segue-se-lhe Francisco Manteiro, presidente da ELO, que se debruçará sobre «Economia portuguesa entre a Europa e a África — A realidade empresarial». A reunião compreende ainda um painel subordinado ao tema «As relações Europa-África e a posição de Portugal», onde participam Louk Box, director do Centre for Development Policy Management, e Marcolino Moco, secretário-geral da CPLP. Tomé Pinto e Duarte Ivo Cruz comentam o painel, que será moderado por Ernâni Lopes.

EXPRESSO — «Portugal-Europa-África: uma questão fulcral para o futuro» é o tema do encontro SaeR deste ano. Portugal não pode esquecer o papel de ponte em relação à África, mas também em relação à Europa. É essa a ideia?

ERNÂNI LOPES — Primeiro que tudo, julgo que até agora não tem sido ponte nenhuma. Sugeria que falássemos, por exemplo, de articulação, porque articulação significa um papel activo. E só faremos articulação, primeiro, se quisermos fazer (é preciso querer); segundo, se soubermos fazer (é preciso saber); terceiro, se conseguirmos fazer (é preciso conseguir).

Ora bem, é um pouco a partir disto, a partir desta sequência — querer, saber e conseguir —, que surgiu a ideia de fazermos este encontro. Não é matéria nova, mas pareceu-nos que era o momento de puxar para tema de encontro anual SaeR este problema. Julgo que, se o tivéssemos feito em qualquer dos encontros anteriores, teria tido um efeito de curta duração.

Pensamos que este problema de muitos anos na vida portuguesa, sobretudo dos últimos 20 anos, em que andámos muito dis-

traídos nesta matéria e a não perceber bem as coisas, tem hoje a possibilidade de não ser apenas tratado, mas de ter consequências consistentes para o futuro.

Gostaríamos muito que este encontro sobre Portugal-Europa-África fosse uma abertura de trabalho para o futuro. Não é um exercício intelectual, não é uma manifestação de carácter mais ou menos ligeiro, é uma tentativa de estudar a sério o problema, de pôr as questões e de abrir perspectivas para o futuro. Aliás, uma das coisas que desejo salientar é o que nós pensamos que é e o que não é o encontro.

EXP. — O que é?

E.L. — Pensamos que é uma tentativa de pensar, seriamente, um problema crucial para o nosso futuro. É uma sistematização das questões com o objectivo de melhorar as enfrentar. É uma coisa essencial, que é explicitar perante os participantes a articulação estratégica — não é o jogo de curto prazo — entre a orientação da política externa, a política económica e a actuação das empresas. É uma visão do posicionamento estratégico de Portugal e das empresas portuguesas em relação à África. Também pensamos que é um ponto de partida para trabalhos posteriores.

EXP. — E o que não é?

E.L. — Não é uma visão histórica e muito menos passadista. Não é um exercício de carácter académico. Também não é um manual de operações. Não é uma listagem de receitas. E, sobretudo, não é uma busca de consolo psicológico numa abordagem sentimental.

Julgo que este conjunto de cinco contrapontos dá uma ideia de como pensamos a organização deste encontro e da esperança que temos de que ele sirva para alguma coisa de útil, certamente para a SaeR, mas muito mais do que isso, que seja um ponto de partida para as empresas portuguesas e mesmo para Portugal. Foi por isso que não o fizemos há seis ou sete anos. Achamos que é ainda tempo, embora seja pouco o que nos resta. Desperdiçámos tempo demais nos últimos 20 anos nesta matéria e não temos muito mais.

EXP. — O atraso também é um pouco fruto daquilo que tem acontecido nos países africanos de língua portuguesa?

E.L. — Com certeza, também.

EXP. — Que agora está a mudar.

E.L. — Julgo que sim. E Portugal não pode estar sozinho nisto. É por isso que toda a lógica de triangulação, para nós, é essencial.

EXP. — Daí, Portugal-Europa-África?

E.L. — Também temos de pensar muito seriamente nos Estados Unidos e no Brasil. Não é fazer discursos, é fazer operações com fundamentação de carácter estratégico. Com expressão operacional,

com certeza! Com expressão operacional, mas com fundamentação em termos estratégicos.

Julgo que, com este encontro, vamos dar às empresas e aos empresários que vierem a participar um quadro de referências que lhes permitirá ter uma base sobre a qual podem reformular, ou me-



lhor, podem avaliar com mais segurança e com mais fundamentação o seu posicionamento face a esta questão. Porque, para mim, há uma coisa absolutamente inequívoca: esta relação Portugal-Europa-África é uma relação fulcral para o nosso futuro, tão importante como o euro. Só duvido que saibamos resolver esse carácter fulcral que impende sobre o nosso futuro. Essa é que é a minha dúvida.

Mas, porque é vulgar demais ficar apenas numa atitude de lamentação, ou sequer de crítica, resolvemos fazer alguma coisa em conjunto que nos permita ter uma base mais sólida e mais séria para enfrentar essa questão fulcral. Essa é a filosofia em que assenta toda a organização do encontro e a respectiva constituição, onde temos personalidades de relevo e, sem querer ofender ninguém que não tenha sido convidado, personalidades de primeira qualidade.

EXP. — Se Portugal e os portugueses não souberem aproveitar esta articulação, existem outros interessados, mesmo na Europa.

E.L. — Essa é uma boa razão para fazermos a articulação, que é no interesse de todos, porque não podemos pensar que só Portugal ganha. Não faz sentido.

EXP. — Portanto, ganham os países africanos, ganha Portugal e, no fundo, a Europa também?

E.L. — A Europa, isto é, outros países europeus, também ganham. Mas é mais fácil fazer isso connosco.

EXP. — Mas há algumas resistências aos portugueses. Ainda há quem pense que os portugueses estão a ter uma atitude neocolonialista quando, por exemplo, concorrem às privatizações em Moçambique?

E.L. — Acho que é um problema de análise e de compreensão. Temos de compreender que haja esse tipo de posições. Mas, o que é verdade é que elas não são, nem de perto nem de longe, a tendência de fundo. Muito pelo contrário.

Além disso, a realidade é completamente diferente, porque, de alguma forma, essas ideias constituem um elogio para Portugal, uma vez que Portugal não tem

qualquer capacidade para esse papel de país neocolonialista. Se há algum país europeu que tenha algum papel legítimo e razoavelmente positivo a desempenhar sem poder ter essa atitude é Portugal.

EXP. — Além da utilidade que tem conhecer as realidades locais.

E.L. — É por isso que eu digo que para os africanos, dos países que faz sentido pensar em primeira linha, o mais conveniente é Portugal. Para isso, é preciso que os portugueses também percebam o activo imaterial que advém dessa conveniência e não se iludam. E é por isso que eu insisto no papel dos Estados Unidos, no papel da Alemanha e no papel do Brasil.

EXP. — O papel do Brasil é, de algum modo, compreensível, na medida em que tem a mesma língua. Agora, o da Alemanha e dos Estados Unidos?

E.L. — Não quero fazer a minha intervenção agora. Deixe-me tratar do problema no encontro.

EXP. — Há um ano, ao falar de África, disse que Cabo Verde era um pouco o «oásis» no meio dos países africanos de língua portuguesa...

E.L. — Era. E por acaso está a derrapar.

EXP. — ... e Angola era o «desastre». O panorama mantém-se?

E.L. — Angola continua a ser o desastre, mas é o desastre do potencial total.

EXP. — Então, como é que os empresários portugueses podem pensar em investir?

E.L. — Primeiro, têm de pensar. Segundo, os outros também investem. É por isso que não podemos estar sozinhos, porque não temos arcaboço. É por isso que os Estados Unidos nos fazem muita falta, pois não são apenas uma potência.

No xadrez geopolítico de África, a Itália e a Espanha estão a «esgravatar» e a Alemanha está, digamos, a «cheirar» e, apesar de não ter vocação, porque aquilo é desorganizado demais, está lá. Mas aquele país que representa um novo poder e o único com capacidade de ser um poder estruturante são os Estados Unidos. Daí eu tentar conseguir articular o nosso lado com os americanos, o que é uma coisa complicadíssima (porque, ou o Estado português se envolve, ou não há interlocutor). Mas este é um daqueles problemas de «software» complicado e por isso os meus dois pólos de referência são os Estados Unidos e a Alemanha. Se Portugal tiver esses dois apoios, o resto não me preocupa.

EXP. — Portugal tem, então, de procurar ter um papel de charneira entre os interesses de terceiros e os países africanos?

E.L. — Ter algum papel.

Continua na pág. seguinte

Guiné na zona do franco atrai empresários

EXPRESSO
01-02-97

OS EMPRESÁRIOS portugueses vão passar a olhar com mais atenção e interesse para potenciais investimentos na Guiné-Bissau, na sequência da anunciada adesão do país à zona económica do franco.

A decisão de Bissau, politicamente controversa, tal como sucedeu com a entrada de Moçambique na Commonwealth, permite superar um dos principais constrangimentos ao investimento naquele PALOP ao permitir que o peso guineense se torne convertível na moeda francesa, reconhecida e aceite em qualquer parte do globo.

A nova situação, além de conceder uma maior tranquilidade aos empresários, passa a ser especialmente vantajosa para quem tenha de importar matérias-primas e produza essencialmente para o mercado interno. Se, até agora, Bissau não tem feito parte do roteiro africano dos empresários portugueses, é provável que, com este novo dado, a situação se altere radicalmente.

O primeiro exemplo do interesse dos empresários em aproveitar oportunidades de

negócios na Guiné-Bissau verificou-se no concurso de privatização da cervejeira Cicer, a maior unidade industrial do país, que passou a ser controlada por uma sociedade «off-shore» — a Guininveste — em que pontificam, entre outros, o ex-comissário da Expo-98, Cardoso e Cunha, e Carlos Pinto Leite, administrador da Cimpomóvel.

«A adesão da Guiné ao CFA foi um dos aspectos que ajudou à nossa decisão de investir no país. Os empresários envolvidos conheciam bem a Guiné mas havia receio, tendo em conta que a cervejeira facturará no mercado interno, que existissem dificuldades em divisas para pagar as matérias-primas importadas. Esse problema estará resolvido por haver a garantia da convertibilidade da moeda local em franco francês», comentou ao EXPRESSO Carlos Pinto Leite, um dos acionistas da Guininveste.

Além disso, e perante o plano de expansão que a cervejeira irá desenvolver «tal medida facilitará no futuro a exportação de cerveja para os mercados francófonos vizinhos».

O empresário, igualmente presente no sector têxtil em Moçambique, reconhece que «a Guiné se tornou assim mais atractiva» e antevê um interesse crescente de investidores portugueses em apostar neste mercado. Para já, os casos conhecidos são de portugueses que se radicaram no país e exploram negócios de pequena dimensão.

«Do ponto de vista empresarial é indiferente que seja o Banco de Portugal ou o de França a assegurar a convertibilidade do peso. Talvez o Banco de Portugal não tivesse estrutura ou capacidade para garantir tal cobertura», acrescenta Pinto Leite. A própria Guininveste estará atenta «a todas

as oportunidades de investimento que se nos deparem, independentemente do sector», de forma a tirar partido do facto «de termos chegado em primeiro».

A Cicer, que no concurso internacional foi à praça em dólares, vai obrigar o grupo português a um investimento, na sua renovação tecnológica, de 1,5 milhões de contos, em cinco anos. A intenção da gestão portuguesa da cervejeira é celebrar com a Unicer e a Centralcer accionistas «forçados» da Cicer para quem os mercados africanos não são prioritários) contratos para a produção das suas principais marcas.

ABÍLIO FERREIRA



Continuação da pág. anterior

EXP. — Mas a adesão de Moçambique à Commonwealth é já um sinal de que estamos a perder importância, e a inclusão da Guiné na zona do franco é outra.

E.L. — Materialmente é. Em todo o caso, são decisões de pleno direito dos Estados em questão que ninguém deve discutir. As duas situações têm circunstancialismos locais altamente compreensíveis, não sendo legítimo que um Estado estrangeiro critique um país soberano por tomar decisões que fazem sentido na sua orientação política. Portanto, não há que estar a fazer desses acontecimentos qualquer análise negativa. O que há que perguntar é quais são os outros factos que reforçam a articulação entre esses países e a Europa, os Estados Unidos e Portugal.

Em vez de nos fixarmos patologicamente numa circunstância, talvez devamos prestar atenção ao quadro de conjunto. E, nesse quadro de conjunto, o que é que Portugal fez e as empresas portuguesas fizeram?

EXP. — No que diz respeito ao papel das empresas portuguesas em África, temos de pensar em deslocalização industrial

"África é tão importante para Portugal como a União Económica e Monetária"

para os países africanos de língua portuguesa?

E.L. — Não. Tem existido alguma deslocalização, mas é marginal, vai continuar a ser e nem sequer interessa muito. O problema é da lógica de cooperação. Porque não é só ir produzir produtos de baixa gama, com equipamento velho e uma mão-de-obra barata. Isso, só, é pouco. Mais exactamente, não é nada. Isoladamente, nem sequer faz sentido. Já faz todo o sentido, sobretudo, em Angola e em Moçambique, se for um dos vectores de um processo de reindustrialização daquelas economias.

EXP. — Mas, os empresários não devem pensar que vão levar para lá o equipamento que, em termos industriais, já é considerado obsoleto?

E.L. — O problema central não é a deslocalização. O problema central, sem o qual não há, nem haverá, investimento possível em África, é criar um mercado local e um processo de acumulação de capital endógeno àquelas economias. Essa é que é a questão.

EXP. — Mas como é que as empresas portuguesas podem,

então, intervir?

E.L. — É por isso que falo de triangulação entre portugueses, africanos e um terceiro elemento. O terceiro pode vir de vários sítios, e tem de ser escolhido com uma dupla grelha: a estratégia de conjunto, de onde o Estado não pode nem deve demitir-se, e a estratégia da empresa.

Nós não vamos dar capitais nem grande tecnologia, mas vamos dar a capacidade de instalação e o papel de tradutores de cultura, que somos nós que temos na Europa. E até de uma certa capacidade de adaptação ao terreno que os outros não têm e que quando tentaram ter falharam. É essa a diferença. É essa a nossa vantagem. Agora, é uma vantagem que não se desenvolve estando parado à espera que algo aconteça, ou buscando apenas o lucro imediato.

EXP. — Mas, mesmo para esta intervenção dos empresários portugueses, existe um intervalo, uma ja-

nela no tempo?

E.L. — Sim, isso eu julgo que, para bem ou para mal, existe.

EXP. — É possível quantificá-la?

E.L. — Não é possível, porque ninguém adivinha o futuro. Qualquer coisa à volta de cinco anos é capaz de ser bastante realista. Dito de uma maneira mais segura: não dá para adiar mais uma década. Esta segunda versão é, provavelmente, mais próxima da realidade.

EXP. — Se pensarmos que 1999 pode ser um ano de perturbação para a sociedade e para a economia portuguesas, não acha que seria de equacionar até lá o papel de Portugal em relação a África?

E.L. — Seria útil tratar disso antes, para ter alternativas. Estou inteiramente de acordo com essa leitura e sublinho que o tema genérico do encontro não é Portugal-África, é Portugal-Europa-África. E também posso garantir que não foi por acaso. Estamos entendidos?

F.F.S.

ÁFRICA DO SUL

EXPRESSO
01 - 02 - 97

Steve Biko e as memórias do passado

NA ÁFRICA do Sul, a Comissão da Verdade pode ter descoberto os responsáveis pela morte do activista negro Steve Biko, mas ainda terá que esclarecer as circunstâncias da sua morte.

Os observadores políticos referem agora que os cinco polícias que requerem amnistia política pela morte de Biko apenas confessam ter realizado uma operação policial daí resultando um homicídio não premeditado. Esperam um complicado jogo do gato e do rato, que deverá ter lugar nos bastidores durante as próximas semanas, enquanto os investigadores da Comissão da Verdade e os advogados dos assassinos deslindam o que é admitido e o que pode ser provado.

Os antigos polícias que requerem amnistia são o tenente-coronel Gideon Nieuwoudt, o coronel Harold Snyman, o brigadeiro Daantjie Siebert e os funcionários administrativos Ruben Marx e Johan Benke. Estão entre os oito antigos polícias que requerem amnistia pela morte de um total de dez activistas negros na região do Cabo, entre 1977 e 1985.

Vários dos polícias envolvidos já testemunharam no inquérito inicial do caso Biko, em Setembro de 1977, em que foram aceites as suas declarações de que Biko se tornou violento durante um interrogatório e infligiu a si próprio ferimentos fatais. A maioria dos sul-africanos negros, e o mundo em geral, preferem acreditar nas provas que sugerem que Biko foi preso e espancado em Port Elizabeth, e depois conduzido para o quartel-general da Polícia, em Pretória, a mil quilómetros. Privado de cuidados médicos, viria a morrer passados três dias.

Faca de dois gumes

«No caso Biko estamos a lidar com um incidente infeliz, num interrogatório que correu mal», diz o advogado François van der Merwe. Esta posição pode não satisfazer a Comissão da Verdade e Reconciliação, que pretende perceber se as culpas pela morte de Biko podem chegar mais alto na cadeia de comando. Desde a morte de Biko que os

opositores ao regime do «apartheid» perguntam como é que um punhado de polícias, então muito novos, poderia permitir-se matar o então segundo mais importante dissidente do país — logo a seguir a Nelson Mandela — sem convicção oficial.

Segundo o professor Tom Lodge, analista político da Universidade do Witwatersrand, os requerentes estão agora a pisar terrenos perigosos. Criada no âmbito do acordo de paz de Dezembro de 1993, que pôs fim ao governo de minoria, a Comissão da Verdade está obrigada a conceder total amnistia aos criminosos políticos — de ambos os lados — que revelem completamente os seus crimes. Mas se a Comissão encontrar indícios de que os assassinos de Biko não são sinceros nas suas confissões, pode recusar-lhes amnistia, após o que o caso passará para a Procuradoria. «Ironicamente, quanto mais inocente for o seu testemunho menos provável é que se safem», disse. «Penso que, se estes polícias contam com uma saída simples, não a vão ter.»

Mas também acha que a Comissão tem motivos para ser cautelosa. Sendo o mais proeminente activista negro a morrer às mãos dos agentes do «apartheid», Biko tornou-se uma espécie de Cristo para os compatriotas negros que combateram o regime. Com um crescente número de negros sul-africanos — incluindo a família de Biko — a opor-se à concessão de amnistia aos assassinos do «apartheid», a Comissão terá que procurar extrair o máximo de benefícios de qualquer confissão.

Embora ainda não tenha sido fixada a data, porque se aguardam ainda novas confissões e o resultado de investigações de confirmação, prevê-se que, aconteça o que acontecer, estas audiências vão ser o acontecimento público mais emotivo desde a tomada de posse do Presidente Nelson Mandela, em 1994.

EDWARD O'LOUGHLIN
em Joanesburgo

África do Sul

Mandela empresta a Presidência a Buthelezi

PÚBLICO
01 - 02 - 97

O PRESIDENTE da República da África do Sul, Nelson Mandela, anunciou ontem que vai nos próximos dias ceder temporariamente o lugar a quem sempre mais o ambicionou: Mangosuthu Buthelezi, líder do Inkatha e ministro do Interior.

Em mais um dos seus célebres gestos conciliatórios que lhe têm merecido a admiração de todo o mundo, o velho estadista comunicou ao Senado ter decidido nomear Buthelezi Presidente interino, enquanto ele próprio se desloca à Suíça, para o Fórum Económico de Davos.

A decisão até começou por ser acolhida com risos: muitos dos senadores julgaram que se tratava de uma piada, nunca lhes tendo passado pela cabeça que Mandela ousasse a atitude revolucionária de «em-

prestar» a chefia do Estado, por escassos dias que fosse, ao mais encarniçado dos seus inimigos de tantos anos.

O vice-presidente, Thabo Mbeki, que normalmente seria a pessoa indicada para substituir Mandela em qualquer ausência deste, também já se encontra em Davos, pelo que o veterano líder do ANC não hesitou: a África do Sul é suficientemente madura e tem instituições bastante fortes para que se possa entregar transitoriamente a magistratura suprema a alguém que tem fama de ser extremamente ambicioso e pouco razoável.

É como que uma bofetada de luva branca, já devidamente elogiada por outro dos actores da transição sul-africana dos últimos anos: o general Constand Viljoen, que com a sua Frente da Liberdade está a conseguir enquadrar a extrema-direita e a dar-lhe uma fachada civilizada, à margem dos pequenos grupos bombistas.

Nelson Mandela disse à agência Reuter que Buthelezi é «um líder hábil e experimentado», pelo que espera — ao manifestar confiança nele — estar a contribuir para a grande reconciliação por que lutam desde há anos a maior parte dos cidadãos sul-africanos.

«Este homem nunca deixa de nos surpreender. O seu comunicado sobre Buthelezi foi outra surpresa. Em nome do meu partido, saúdo tal decisão», declarou o senador Geoffrey Bhengu, do Inkatha.

Quanto ao analista político Tom Lodge, o gesto está de acordo com a grandeza do Presidente Mandela e cairá bem na província do Kwazulu/Natal, a única onde o Inkatha é maioritário, apesar de a nível nacional não conseguir mais de 10 por cento dos votos.

Por outro lado, o Chefe do Estado elogiou o presidente do Senado, Kobie

Coetsee, que é do Partido Nacional, de Frederik de Klerk, e que foi ministro da Justiça na década de 80, quando começaram as negociações para que o ANC saísse da clandestinidade.

«Quando a história da nossa transição for escrita, o nome de Kobie Coetsee aparecerá entre os daqueles que operaram o milagre», sublinhou Mandela, no prosseguimento da sua actividade incessante a favor da maior cooperação possível entre todas as forças políticas do país.

Recentemente, o Presidente contactou dois dos pequenos partidos, o Congresso Pan-Africano (PAC), de extrema esquerda, e o Partido Democrático, dirigido por liberais brancos, no sentido de virem eventualmente a fazer parte do Governo, depois de a formação dirigida por De Klerk haver passado à oposição. ■

Angola Luanda rejeita «programa mínimo»

LUANDA rejeitou ontem uma proposta da UNITA para a elaboração de um «programa mínimo comum» precedendo a formação do Governo de Unidade e Reconciliação Nacional. O vice-ministro angolano encarregue dos acordos de paz, o general Higinio Carneiro, afirmou que as exigências da UNITA eram contrárias à letra e ao espírito dos acordos de Lusaca, assinados em Novembro de 1994. ■

PÚBLICO, 13-2-97

Não deixe de assinar

ESTUDOS AFRO-ASIÁTICOS

Ligue 531-2636

Lugar de Fátima Roque em dúvida no Parlamento angolano

PÚBLICO, 4-2-97

Deputada da UNITA dá conferência em Luanda

FÁTIMA de Moura Roque, eleita em 1992 deputada pela UNITA, a cuja Comissão Política pertencia, declara hoje em Luanda — numa comunicação a cujas notas prévias o PÚBLICO teve acesso — que 1997 é um ano crítico para Angola, durante o qual terá de se conseguir mesmo a reconciliação nacional, elevar o índice de desenvolvimento humano e criar condições para o fortalecimento da sociedade civil.

Ontem, o representante daquele partido em Portugal, Isaac Wambembe, esteve na embaixada do seu país, havendo então explicado a este jornal que ainda não se encontrava em condições de divulgar a lista completa dos respectivos deputados a entrar em breve no Parlamento.

Fátima Roque, catedrática de Economia, que em Setembro de 1995 foi ao aeroporto de Bruxelas receber o Presidente José Eduardo dos Santos em nome do líder da UNITA, Jonas Savimbi, tal a confiança que então merecia, não sabe agora ao certo se receberá indicações para ocupar nas próximas semanas o lugar para que foi eleita. Mas, de qualquer modo, procurou aproveitar a sua

participação num seminário sobre reinserção social para falar das componentes de uma verdadeira reconciliação nacional: entrada de todos os deputados na Assembleia, criação de estruturas multipartidárias a todos os níveis, definição de um claro Programa de Governo e defesa dos direitos humanos.

Aguardada com expectativa, até por constar em Luanda que se trata de uma voz discordante em relação a algumas das atitudes tomadas desde o início do ano passado pela direcção do Galo Negro, Fátima Roque deverá usar durante este seminário uma linguagem independente que nem sempre é vulgar em Angola, ao defender a consolidação das instituições democráticas e a liberdade de consciência, bem como o fortalecimento da sociedade civil.

No seu entender, o Governo de Unidade e Reconciliação Nacional (GURN) a formalizar dentro das próximas três semanas terá de combater a criminalidade, o banditismo e a corrupção que tantas vezes têm sido detectados em território angolano, bem como a exclusão social e o abuso de poder.

Por outro lado, a confe-

rencista defende que o GURN separe o sistema judicial do poder executivo e garanta a protecção legal dos cidadãos; fomente a auto-organização para resolução dos problemas colectivos e facilite todas as iniciativas que surjam no domínio da comunicação social independente.

Queixas contra o Estado

Fátima Roque, normalmente considerada o principal quadro da UNITA na área das Finanças, propõe providências que canalizem de forma eficaz as queixas dos cidadãos contra o Estado angolano e a criação de um ambiente propício ao investimento privado, tanto nacional como estrangeiro.

“Uma sociedade civil forte e organizada pode motivar o empenhamento político firme e sustentado para uma boa gestão macroeconómica, transparência nas decisões e eficiência governativa”, sublinha a catedrática, segundo a qual é necessário e urgente “reconciliar os angolanos e construir a unidade nacional”.

No decurso da sua pa-

lestra “Construir o futuro”, a deputada eleita, que após os confrontos de 1992 chegou a estar três meses detida no hotel Império, em Luanda, depois de alguns dias no Tivoli, chama a atenção para os terríveis indicadores sociais gerados em Angola por mais de 33 anos de guerra: índice de desenvolvimento humano entre os dez mais baixos do mundo e produto Interno bruto per capita também no fundo da escala.

Mais de 82 por cento dos angolanos vivem em pobreza absoluta ou relativa, recorda a mulher que gostaria de ir para o Parlamento porque afirma ter assumido um compromisso para com o povo do seu país, que engloba três milhões e meio de pessoas deslocadas ou afectadas pela guerra, pessoas a requerer “assistência humanitária de emergência”.

Os 70 deputados eleitos pela UNITA deverão assumir os seus mandatos dentro dos próximos 15 dias, mas por motivos vários nem todos os que vão entrar agora na Assembleia serão precisamente os que em 1992 faziam parte das listas, como efectivos. ■

Jorge Heitor

Deputada eleita em Angola

Fátima Roque assume semidissidência com a UNITA

A ECONOMISTA luso-angolana Fátima Roque assume uma semidissidência com a UNITA, partido pelo qual foi eleita em 1992 deputada ao Parlamento de Luanda, na carta aberta que publicamos em baixo, dirigida ao povo angolano e que deverá igualmente sair dentro de 24 horas no “Jornal de Angola”.

Roque, nascida em Luanda vai fazer 46 anos no dia 28, assegura que irá apresentar-se no parlamento ainda que o seu nome não conste de uma lista de deputados divulgada pela UNITA. Trata-se aparentemente de uma penalização pelo facto de nem sempre ter acatado, ou reagido com o silêncio, a directrizes emanadas da direcção do partido com as quais não concordava.

Entre os “pecados” da grande admiradora de Jonas Savimbi estará o facto de entender que ele deveria ter aceite uma vice-presidência da República; continua a considerar-se n-

tante do partido que durante tanto tempo defendeu.

Filha de um fazendeiro do Uíge, Fátima Roque doutorou-se após o 25 de Abril em Economia Internacional pela Universidade de Witwatersrand, em Joanesburgo, tendo mais tarde fixado residência em Portugal (de onde é o marido, Horácio Roque).

No liceu, na década de 60, chegara a ter problemas porque escrevera na carteira, que partilhava com Cita Alves (futura companheira de Nito Alves e com ele protagonista da conjura de 1977 contra o Presidente Agostinho Neto) a temível sigla MPLA, cujo significado mal conheceria.

Agora, 30 anos depois, são os problemas com a UNITA, que nunca lhe teria dado toda a liberdade de expressão e de comportamento por ela reivindicada.

Ter feito parte da comissão de honra da candidatura de Jorge Sampaio à Presidência da Re-



Fátima Roque

pública Portuguesa e ter sido fotografada em princípios do ano passado com o presidente da Assembleia, Almeida Santos, e com o embaixador de Angola em Lisboa, José Patrício, foram aparentemente alguns dos seus delitos.

Além disso, quando o Presidente José Eduardo dos Santos

esteve em Lisboa para a tomada de posse de Sampaio, Fátima Roque foi à embaixada cumprimentá-lo, sem ter previamente perguntado à direcção da UNITA se o poderia ou não fazer.

Por querer ter em instituições angolanas o comportamento que via aos seus amigos portugueses, entre os quais se conta Mário Soares, é que Fátima Roque agora se encontra numa espécie de semidissidência. Não quer assumi-la por inteiro, talvez na esperança de que as coisas ainda se remedeiem e de que a prática democrática venha a triunfar, em qualquer um dos grandes partidos de Angola.

Desta carta aberta, a autora teve o cuidado de, com a devida antecedência, enviar uma cópia a Jonas Savimbi, possivelmente na secreta esperança de que ele corrigisse erros que alguém cometera, não a tendo incluído nas listas finais das pessoas eleitas em 1992 e que só agora irão para a Assembleia. Mas os dias foram-se passando e a esperada resposta não surgiu.

Há 14 meses que Fátima Roque não é vista na representação

PÚBLICO, 6-2-97

Continua na pág. seg.

Economista diz que não há ruptura ou dissidência

Fátima Roque ainda espera acordo com a UNITA

PÚBLICO, 7-2-97

A ECONOMISTA Fátima Roque, que causou polémica ao contestar o facto de não aparecer nas listas que a UNITA tem agora prontas para a Assembleia Nacional de Angola, disse ontem ao PÚBLICO estar convencida de que o seu partido ainda virá a reconsiderar e a admitir que ela se sente na respectiva bancada parlamentar.

Horas depois de ter regressado de Luanda, onde entregou ao presidente da Assembleia, Roberto de Almeida, uma carta a defender o direito de ser de-

putada, de acordo com o resultado das eleições de 1992, Roque declarou-nos que "não há ruptura, não há dissidência, não há semidissidência" e ainda mantém a esperança de vir a sentar-se no lugar para que foi escolhida.

"Continuo a defender os ideais e os princípios da UNITA. Foi um episódio passageiro. Penso que a legalidade será reposta rapidamente, porque não pode ser a UNITA, um partido que sempre lutou pela liberdade e pela democracia, a ferir tão flagrantemente esses princípios. Em democracia

é saudável discordarmos...", insistiu a militante que há mais de um ano não fala com o chefe do seu partido mas que crê que tudo acabará por ser resolvido ainda este mês.

"Agi de boa fé e o partido não pode apontar-me qualquer desvio. Se ainda não recebi qualquer resposta às cartas enviadas [a Jonas Savimbi] é porque a direcção da UNITA tem neste momento decisões mais importantes a tomar, tem grandes preocupações referentes ao Governo de Reconciliação Nacional; e o caso de Fátima Roque não é um assunto tão importante...", explicou.

"O presidente da Assembleia garantiu-me que tenho o direito de ir ocupar o lugar para que fui eleita. Penso ir para Luanda a partir do dia 16, mas se tiver de lá estar no dia 12 também cancelarei outros compromissos para lá estar dia 12" (a data que a mediação propôs para a comparencia na capital de todos os deputados eleitos pela UNITA), disse igualmente a deputada.

"Não quero de forma nenhuma ser um obstáculo à reconciliação nacional. A Fátima Roque não é importante. Apenas uma pessoa no meio de milhões. Mas o futuro de uma nação constrói-se todos os dias; e não podemos começar o ano do nosso futuro, da nossa esperança, com irregularidades. Não acredito que o povo angolano queira isso, não acredito que o Governo o queira, não acredito que a UNITA o queira", concluiu.

Entretanto, reunida no Bailundo, a Comissão Política da UNITA considerou satisfatória a forma como tem vindo a ser aplicado o Protocolo de Lusaca, mas alegou ter o Governo ocupado militarmente zonas deixadas pelos homens de Savimbi nas províncias de Benguela, Huíla, Bié e Lunda Norte.

A Comissão Política declarou-se disposta a enviar os seus deputados para a Assembleia Nacional, sem no entanto pormenorizar a data; e disse que participará no Governo de Unidade e Reconciliação Nacional (GURN), achando porém imperioso um debate prévio sobre "o programa mínimo comum, as prioridades e o tempo de exercício" desse mesmo executivo.

Os deputados com que a UNITA actualmente conta para apresentar em Luanda durante as próximas semanas incluem Abel Chivukuvuku, Eugénio Manuvakola, Carlos Morgado, Isaías Samakuva, Alda Sachiombo, Almerindo Jaka Jamba e Teodoro Kapinhala.

Enquanto isto, o representante da UNITA em Itália, Adalberto da Costa Junior, que está indigitado para embaixador em Cabo Verde, admitiu em Milão, segundo a agência Lusa, a hipótese de um dia vir a ser concedida independência à província de Cabinda: "Cabinda está em Angola, mas, pela sua identidade histórica, poderia pensar-se na possibilidade de independência".

Adalberto Costa, antigo chefe do escritório do Galo Negro em Portugal, recusou-se a comentar a disposição em que está Fátima Roque de ocupar um lugar no Parlamento; e disse desconhecer até qual é a composição final da lista de deputados que foi entregue ao Governo nas últimas semanas. ■

Jorge Heitor

Continuação da pág. anterior

Fátima Roque assume semidissidência com a UNITA

da UNITA em Portugal e agora decerto ainda menos o será, a menos que muita coisa se modifique radicalmente na prática política dos angolanos durante as próximas semanas e meses.

As Nações Unidas esperam para daqui a 15 dias um encontro entre José Eduardo dos Santos e Jonas Savimbi, no Namibe ou em outra cidade de Angola,

como prelúdio ao Governo de Unidade e Reconciliação Nacional (GURN) prometido há mais de seis meses.

Nesse Executivo poderão estar representados não só o MPLA e a UNITA mas, também, o Partido de Renovação Social, o Partido Liberal Democrático, o Partido Social Democrata, o Partido Renovador Democráti-

co e o Partido Democrático para o Progresso/Aliança Nacional Angolana, todos eles com assento na Assembleia Nacional.

Angola conta, actualmente, com 115 formações políticas devidamente registadas, enquanto mais uma centena e meia aguarda autorização por parte do Supremo Tribunal. ■

Jorge Heitor

Carta aberta ao povo angolano

EM SETEMBRO de 1992 fui eleita em listas da UNITA como deputada à Assembleia Nacional. Com surpresa minha, tomei conhecimento de que o meu nome não consta da lista de deputados eleitos pelo partido União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA), que irão apresentar-se em breve para tomar posse na Assembleia Nacional.

Ignoro a razão porque não faço parte dessa lista. É certo que desde então se registaram discordâncias quanto à interpretação que o meu partido faz do sentido de reconciliação nacional e da aceitação pelo Presidente da UNITA do cargo de Vice-Presidente. Mas discordar, em Democracia, é um direito de todo o cidadão e de todo o militante que julgue que o uso da liberdade de expressão é a melhor maneira de a servir.

Não me pesa na consciência qualquer falta de lealdade à UNITA. Não me demiti do partido. Nem renunciei ao mandato de deputada. E se é certo que fui eleita em listas da UNITA, não é menos certo que o meu mandato resulta do voto popular expresso por sufrágio directo e universal. E o meu compromisso, portanto, para além da ligação à UNITA, é com o povo de Angola.

Assim, a minha exclusão é ilegal e inconstitucional. Com efeito, a perda do mandato de deputada, de acordo com o artigo 85 da Lei Constitucional de Angola, só seria legítima quando ocorresse qualquer das incompatibilidades ou incapacidades a que se refere o artigo 82 da mesma lei, ou al-

guma das situações previstas no número 1 do artigo 136 do Regimento Interno da Assembleia Nacional, ou nos artigos 9, 19 e 20 da Lei Orgânica do Estatuto dos Deputados — circunstâncias que, no que me diz respeito, não se verificam.

Há muitos anos que luto pela liberdade, pela paz, pela democracia. Princípios pelos quais morreram dezenas de milhares de angolanos. Saibamos nós honrar esses mortos e defender, construindo, o prestígio das instituições democráticas. Como podemos nós, aqueles em quem o povo depositou a esperança de ajudar a reconstruir este país devastado pela guerra e pelo ressentimento, no momento em que arranca o funcionamento pleno do Parlamento — que o coração da Democracia — desrespeitar tão flagrantemente os mecanismos democráticos da sua própria constituição?

Como é óbvio, nos termos em que a Constituição garante, vou ocupar o meu lugar no Parlamento, cargo que desempenharei com inteira dedicação aos interesses do nosso povo.

No dia fixado para a tomada de posse dos deputados que ainda não ocuparam os seus lugares, estarei lá e honrarei, com orgulho, o compromisso que assumi em Setembro de 1992. Sou angolana por nascimento, mas sou-o acima de tudo por opção.

Há princípios que não se violam — por respeito, por dignidade e por convicção —, defendem-se. É o que eu continuarei a fazer servindo Angola.

Fátima Roque

ANGOLA

EXPRESSO, 8-2-97

'Sim' definitivo a novo governo

A MENOS de uma semana do termo do prazo não prorrogável fixado pelas Nações Unidas, a UNITA deu finalmente a luz-verde para a formação do Governo de Unidade e Reconciliação Nacional (GURN).

Na reunião da comissão conjunta, encarregada da aplicação dos acordos de paz para Angola, que teve lugar quinta-feira em Luanda, a delegação da UNITA, chefiada por Isaias Samakuva, informou o mediador da ONU, Alioune Blondin Beye e os representantes do Governo angolano da decisão tomada pela Comissão Política do Galo Negro de «enviar os seus membros para a Assembleia Nacional e para participar no GURN», sem novos adiamentos nem condições prévias.

Os deputados e futuros ministros e vice-ministros indigitados pela UNITA deverão estar em Luanda na próxima quarta-feira para que Beye possa marcar uma nova data para a cerimónia oficial de investidura do GURN, para a qual o Presidente José Eduardo dos Santos convidou dezenas de chefes de Estado.

A hipótese mais provável é a de 22 de Fevereiro, mas antes de fixar um novo calendário, os negociadores vão ter de trabalhar muito para recuperar o tempo perdido e dissipar as últimas dúvidas.

Cabo Verde PS e PSD na convenção do MpD

PÚBLICO, 7-2-97

O MOVIMENTO para a Democracia (MpD) inicia hoje, na Praia, uma convenção que os dirigentes definem como de "normalidade", que pode fornecer pistas para a sucessão do primeiro-ministro de Cabo Verde. Mas a convenção é também espaço de pré-campanha para as autárquicas portu-

Dúvidas sobre linha do Governo

Com efeito, a divulgação da resolução da Comissão Política da UNITA provocou uma nova crise de nervos nos meios políticos de Luanda.

Depois de qualificar de «satisfatória» a aplicação do Protocolo de Lusaka e de se congratular com «o caminho percorrido desde 1994, a UNITA insistia neste documento sobre a necessidade de um «debate prévio sobre o programa mínimo comum, as prioridades e o tempo de exercício» do GURN.

«A UNITA parece pretender introduzir de forma sub-reptícia um novo que nós consideramos inaceitável e inegociável» comentou um jurista do MPLA enquanto João Lourenço, secretário adjunto e porta-voz do partido governamental, reafirmava que, em democracia, «o programa do governo deve basear-se na plataforma eleitoral defendida pelo partido vencedor das eleições».

Segundo Isaias Samakuva, a proposta da UNITA não põe em causa a formação do GURN e o movimento de Savimbi está determinado a participar no governo «com ou sem acordo prévio sobre o programa».

A decisão tomada é «irreversível» e a partir de agora é preciso «acelerar a resolução das outras tarefas, nomeadamente no plano militar».

guesas, com delegações do PS e PSD fazendo a corte ao voto dos cabo-verdianos em Portugal.

Marcelo Rebelo de Sousa, Marques Mendes e Pedro Passos Coelho são a «delegação de ouro» do PSD à convenção. Para além de assinar um acordo de cooperação com o MpD, do mesmo tipo do que já existe com a Renamo, o líder social-democrata vai procurar convencer o seu «partido irmão» caboverdiano a aderir à mesma família internacional.

O PS faz-se representar pelo deputado Laurentino Dias, uma semana antes de António Guterres iniciar a visita oficial a Cabo Verde. A presença das duas delegações partidárias confirma o peso que a comunidade caboverdiana — cerca de 45.000 residentes — passou a ter em Portugal, sobretudo na Grande Lisboa (29.000), desde que lhe foi permitido participar nas autárquicas.

Como aconteceu depois de Bicesse, a formação das Forças Armadas Unificadas é o verdadeiro barómetro da consolidação da paz e o processo que deveria estar concluído a 15 de Janeiro está parado há mais de dois meses.

Dos 23.500 ex-militares da UNITA que deveriam integrar as Forças Armadas Angolanas (FAA) menos de 6.000 foram efectivamente distribuídos pelas várias unidades das FAA, depois de jurar bandeira em cerimónias que mereceram ampla cobertura por parte da televisão angolana.

Desconfiança mútua

Entretanto, cerca de 20 mil ex-guerrilheiros «desapareceram» dos acantonamentos controlados pelas tropas da ONU e os chefes militares da UNITA invocam a «ausência de ordens superiores» para transferir mais homens para os quartéis das FAA.

A UNITA atribui os atrasos a «falta de vontade e de capacidade logística» das FAA e da UNAVEM e denuncia maus tratos e ameaças de morte contra os seus soldados por parte dos militares governamentais.

Estes, por sua vez, suspeitam que Savimbi esteja a preservar o seu armamento mais sofisticado e algumas unidades de elite, colocando-as fora do controlo da ONU, prontos para recomeçar a guerra de-

pois da retirada dos «capacetes azuis».

Apesar das acusações mútuas, a decisão da comissão política da UNITA fez renascer o optimismo.

Figuras carismáticas da UNITA, nomeadamente o general Ben-Ben, sobrinho de Savimbi e ex-chefe de Estado-Maior do exército da UNITA, e Fátima Roque declaram que estão dispostas a jogar a carta da paz e da reconciliação.

«A paciência e o tempo esgotaram-se. É preciso passar aos actos. Os membros da UNITA não estão em Luanda a 12 de Fevereiro, o Conselho de Segurança será informado do fracasso do processo de mediação iniciado em Lusaka e toma as decisões adequadas», disse ao EXPRESSO um colaborador do representante do secretário-geral da ONU.

NICOLE GUARDIOLA

LIGUE

531-2636

A S S I N E

J A

ESTUDOS
AFRO-
ASIÁTICOS

Porém, como forma de contornar ou adiar o problema, Carlos Veiga revelou esta semana que a composição da lista para a Direcção Nacional e Comissão Política Nacional, a submeter à convenção, terá uma ordem alfabética e não hierárquica, uma forma de evitar fricções entre os homens de Rosário e os de Santos. Veiga fez também saber que, se não for reeleito presidente do partido, não aceitará continuar como primeiro-ministro.

De qualquer modo, informações não desmentidas adiantam que, após a Convenção, Gualberto do Rosário será nomeado vice-primeiro-ministro, o que desde já o coloca em posição de relativa vantagem como sucessor de Carlos Veiga, caso este aceite lançar-se no ano 2000 à Presidência da República. ■

José Vicente Lopes,
na Cidade da Praia

Têm decorrido contactos para obter o apoio dos dois principais partidos caboverdianos (MpD e PAICV) nas próximas autárquicas. Nesta corrida, consta que o presidente da câmara de S. Vicente, o carismático Onésimo Silveira, pode apoiar abertamente o social-democrata Isaltino Moraes em Oeiras.

A convenção, a quarta do partido que ocupa o poder desde 1991, reúne sob o lema "O MpD ao serviço de Cabo Verde rumo ao século XXI". Não se esperam grandes resoluções. Sem adversários internos, o primeiro-ministro Carlos Veiga é senhor inquestionável do MpD. A animação poderá situar-se à volta de quem deve ser o "número dois". Há uma semana, tudo apontava para o ministro da Coordenação Económica, Gualberto do Rosário, em detrimento de Jacinto Santos, presidente da câmara da Praia.

África do Sul

PÚBLICO, 8-2-97

Nelson Mandela contra o crime

O PRESIDENTE Nelson Mandela voltou ontem a afirmar o empenho do seu Governo em lutar contra o crime que grassa no país e disse que a África do Sul continua firme no caminho da execução do ambicioso programa de reforma económica aprovado no ano passado.

No discurso inaugural do primeiro parlamento sul-africano que funciona ao abrigo da nova Constituição, Mandela apresentou aos deputados um balanço rigoroso dos primeiros dois anos e meio do governo por ele liderado.

Uma das características da abertura deste ano da sessão legislativa foi a quase total ausência de um forte contingente cerimonial das Forças Armadas. Em vez disso, a sociedade civil e o poder judicial tiveram a preferência nos lugares protocolares, como que para sublinhar a nova era de um "par-

lamento popular".

Mandela, que se apresentava descontraído, disse que a economia sul-africana tinha "virado a esquina para uma expansão consistente" e que cresceu cerca de três por cento no ano passado.

De notar que o Presidente reconheceu as "limitações" do governo, nomeadamente para deter o aumento dos crimes contra mulheres e crianças.

O orador reconheceu que "acções práticas imediatas" serão tomadas para transformar o funcionalismo público, mas que essas alterações, para as quais não deu calendário, serão aplicadas "na base do sistema de consultas".

Depois, disse: "Quero avisar os criminosos, especialmente os raptadores, os sindicatos da droga, os traficantes de armas, o pessoal corrupto no sistema judicial criminal, os

violadores e os pedófilos, bem como os que estão envolvidos na violência com táxis: continuaremos a aumentar a ofensiva contra eles, e iremos fazer-lhes a vida mesmo muito difícil."

Quanto à violência política, considerou que "foi praticamente eliminada". E que "não há razão nenhuma para qualquer cidadão procurar fazer-se ouvir através da violência".

Quanto à Comissão para a Verdade, que recentemente desenterrou testemunhos arrepiantes sobre a morte de destacados líderes negros como o fundador do Movimento de Consciência Negra, Stephan Biko, Mandela disse: "A medida que se aproxima da verdade, a Comissão está a ajudar a selar o caixão de um sistema odioso e a desenterrar o que ainda resta das velhas redes de influência que ainda sobrevivem entre nós. A Co-

missão está a ajudar a consolidar a democracia."

Quanto ao sector da defesa, que continua maioritariamente nas mãos de africaners, o chefe do Estado afirmou não poder gabar-se de o processo de integração dos antigos grupos especiais de combate ter sido feito sem falhas. Segundo ele, a antiga Força de Defesa Sul-africana enfrenta o desafio de "abraçar a mudança e resistir à tentativa de manter o seu estatuto. É tarefa das antigas forças não-regulares utilizarem as posições que têm para acelerar as transformações e não fugir às responsabilidades logo que surge a mais pequena dificuldade".

Em notas à margem do seu discurso escrito, Mandela avisou, como tem feito muitas vezes, ser importante para "todos os homens e mulheres bons" de todos os partidos trabalharem em conjunto, de maneira construtiva. Se essa atitude não for seguida, é possível que "extremistas" de ambos os lados do espectro político sejam capazes de aproveitar o vazio que entretanto se tenha criado. ■

Patrick Bulger,
na Cidade do Cabo

Angola

PÚBLICO, 8-2-97

Beye é hipótese para líder da OUA

O REPRESENTANTE das Nações Unidas em Angola, Alioune Blondin Beye, é uma das personalidades de que se fala para em Junho suceder ao tanzaniano Salim Ahmed Salim como secretário-geral da Organização de Unidade Africana (OUA), por ocasião da cimeira de Harare, noticiou esta semana a revista francófona "Jeune Afrique", publicada em Paris.

Salim gostaria de vir a ter um terceiro mandato de quatro anos, mas depois do anglofobo Kofi Annan ter sido esco-

lhido para secretário-geral da ONU as suas hipóteses diminuíram, pois os países africanos de língua oficial francesa exigem um dos seus à frente da OUA, que mais não seja por uma questão de equilíbrio.

Beye, que terá como adversário de peso o ministro marfinense dos Negócios Estrangeiros, Amara Essy, derrotado pelo ganês Annan na corrida de Nova Iorque, está a fazer tudo por tudo para que a casa angolana fique arrumada durante as próximas semanas, a fim de a partir de Junho se

poder dedicar a novas tarefas.

Na quinta-feira à noite, o medianeiro anunciou em Luanda que a UNITA se encontra verdadeiramente na disposição de enviar na próxima semana todos os seus deputados para a capital angolana; e que entretanto terminarão as negociações sobre o estatuto especial a conceder ao chefe de tal partido, Jonas Savimbi.

Porém, ninguém consegue ainda garantir que o Governo de Unidade e Reconciliação Nacional (GURN) tomará pos-

se antes do fim de Fevereiro, uma vez que o MPLA, partido maioritário, não aceita o debate prévio sobre um programa mínimo comum solicitado há três dias pela UNITA.

Segundo a agência Angop, João Lourenço, secretário do MPLA para a Informação, observou que, de acordo com o Protocolo de Lusaca, os militantes da UNITA que entrarem para o Governo de-

Continua na pág. seg.

TAP quer vender aviões a Angola

EXPRESSO, 8-2-97

ALTOS dirigentes da TAP estão em Luanda, numa tentativa de influenciar a TAAG a comprar três aviões Lockheed-1011 que estão ainda ao serviço da companhia aérea portuguesa. A oferta foi apressadamente submetida às autoridades de Luanda, depois da TAP ter tomado conhecimento que a TAAG havia fechado um negócio com a Singapura Airlines envolvendo a compra de um Boeing 747, com 10 anos de utilização por 70 milhões de dólares (mais de 10,5 milhões de contos). A companhia aérea portuguesa está a tentar convencer o Governo de Luanda a negociar a aqui-

sição dos três Lockheed por 30 milhões de dólares. «Apesar da idade dos aviões, a proposta avançada pelos portugueses é quase irrecusável» — disse ao EXPRESSO uma fonte do Ministério dos Transportes.

A renovação da frota da TAAG, cujas linhas-mestras têm já o aval do Governo, está assim a gerar uma correria por parte de várias companhias aéreas, mas em diversos círculos admite-se que apesar de consumado o negócio com a Singapura Airlines a TAP possa concretizar a venda de pelo menos uma aeronave. Com uma série de interesses cruzados à volta deste proces-

so, Luanda está a ser submetida a diplomáticas pressões políticas para aceder à proposta da TAP, que mantém alugado há vários anos à TAAG outro Lockheed que já obrigou o Estado angolano a despendar mais de 100 milhões de dólares.

«A operação de aluguer deste avião, fora do sistema de 'leasing', foi um negócio da China para a TAP» — critica uma fonte da TAAG. As sucessivas avarias verificadas nos últimos voos da TAAG na rota poderão estar entretanto, na origem das reservas manifestadas em diversos círculos da companhia aérea angolana relativamente à fiabilidade

de técnica dos aviões que a TAP pretende agora vender à TAAG. Os responsáveis da TAP que estão em Luanda têm-se desdobrado em explicações sobre as correcções técnicas introduzidas nas aeronaves para as dotar de maior segurança mas perante o intrincado jogo de interesses que a concretização desta operação está a movimentar, em certos meios governamentais admite-se que venha a ser tomada uma decisão menos técnica e mais política para salvaguardar a meio termo interesses de Estado.

GUSTAVO COSTA
correspondente em Luanda

Produção de arroz na Zambézia

Sonae investe na agricultura de Moçambique

PÚBLICO, 10-2-7

O GRUPO Sonae, através da sua "sub-holding" Pargeste, vai investir na produção de arroz em Moçambique. O projecto, com custos ligeiramente superiores a 1,8 milhões de contos, ficou praticamente definido depois de uma série de contactos prévios mantidos com as autoridades moçambicanas, que manifestaram a sua abertura para assinar um contrato de concessão de 4200 hectares de terras na região de Quelimane, província da Zambézia. O objectivo é produzir anualmente 18 mil toneladas de arroz, sendo um terço destinado ao mercado de Moçambique e dois terços à exportação, estando o mercado nacional na primeira linha das prioridades.

Nesta operação, a Sonae deverá contar com a parceria da empresa moçambicana Madal, condição considerada "importante" para que o projecto possa avançar mais rapidamente. No que respeita ao financiamento, a Sonae prepara-se para submeter o projecto ao Banco Europeu de Investimentos e ao Banco Africano para o Desenvolvimento, estando igualmente prevista a participação do Fundo de Cooperação Económica no apoio financeiro do empreendimento.

O investimento no sector orizícola não aparece por acaso. Quer Portugal, quer Moçambique são países com elevados défices de produção de arroz e o projecto da Sonae pretende, de uma assentada, suprir parte das necessidades de importação dos dois países. As estimativas finais de produção que constam dos planos de investimento poderão representar mais de 10 por cento da totalidade de arroz cultivado em Moçambique (139 mil toneladas com casca, em 1995), mas apenas resolverão parcialmente as necessidades de importação daquele país, estimadas em 83 mil toneladas entre 1994 e 1996, de acordo com um estudo da Agro-Ges dedicado à segurança alimentar

de Moçambique.

Para além das seis mil toneladas destinadas ao mercado local, a Sonae quer exportar via Quelimane (o principal porto da Zambézia) 12 mil toneladas para Portugal, o que corresponde a cerca de 10 por cento das necessidades anuais de importação. A escolha da Zambézia, que oferece boas condições de solos, de disponibilidade de água e de climas propícios para a orizicultura, está também fundamentada pela estratégia de produzir um tipo de arroz ("índica") com muita procura, mas que não pode ser cultivado em Portugal, sendo normalmente importado do Suriname ou das Antilhas.

A estratégia da Sonae apresenta mais uma aposta das empresas portuguesas na promissora agricultura moçambicana. Depois da estabilização política que se sucedeu aos acordos entre a Frelimo e a Renamo, as autoridades de Maputo mostraram a sua disponibilidade para abrir as portas do país ao investimento estrangeiro e a área da agricultura tem sido das mais cobiçadas pelos portugueses. Não apenas pelas experiências positivas que têm sido desenvolvidas por empresas como a Entrepasto, o grupo João Ferreira dos Santos ou a família Espírito Santo, com uma antiga tradição na agricultura de Moçambique, mas também pelo conhecimento técnico que os portugueses conservam da agricultura africana.

Recorde-se que para dar um novo impulso a uma área de cooperação que o Governo colocou na primeira ordem das prioridades, o Ministério da Agricultura decidiu criar uma sociedade, a Interagro, destinada a apoiar projectos de investimento e cooperação na agricultura dos PALOP. A constituição da sociedade, que conta com um capital inicial de 150 mil contos integralmente detido pelo IFADAP, está prestes a ser discutida pelo Conselho de Ministros. ■

Manuel Carvalho

A S S I N E

J A

ESTUDOS AFRO-ASIÁTICOS

Continuação da pág. anterior

Beye é hipótese para líder da OUA

verão respeitar escrupulosamente o programa de acção elaborado pelo Conselho de Ministros, bem como todas as leis que estiverem em vigor.

Entretanto, independentemente de a Assembleia Nacional estar ou não completa e de haver ou não um Governo abrangente, os negócios estão a aumentar em Angola, a começar pelos investimentos na exploração petrolífera, que tão boas perspectivas apresentam para as próximas décadas.

Uma publicação francesa afecta à UNITA comentou o mês passado que "Houston substituiu Moscovo na escala de prioridades dos dirigentes do MPLA"; mas a verdade é que Paris não dorme, face ao grande poderio das mais de 75 companhias que constituem a Câmara de Comércio Estados Unidos-Angola.

No fim de Janeiro esteve em Luanda, a convite do Presidente José Eduardo dos Santos, o senador francês Charles Pasqua, antigo ministro do Interior e líder da comissão senatorial de cooperação com África.

"Venho oferecer a minha ajuda para o desenvolvimento deste grande país, no domínio da construção de escolas, dispensários e outros", disse candidamente aquela destacada figura da política gaulesa, cujo nome já tem sido associado na imprensa ao de algumas pessoas que negociam armas.

A verdade é que Angola já está a produzir diariamente 700 mil barris de petróleo e alguns especialistas do sector admitem a possibilidade de se aumentar a produção até ao triplo desse número, num prazo de 15 a 20 anos. ■ J.H.

PÚBLICO, 9-2-97

Angola

Justino contra Fátima Roque

NUMA "espécie de carta aberta" ao ministro português dos Negócios Estrangeiros, Jaime Gama, o cidadão luso-angolano Joffre Justino diz ter sido uma militante da UNITA, Fátima Roque, a responsável por o líder de tal partido, Jonas Savimbi, não se ter encontrado em 1992 com António Guterres, então secretário-geral do Partido Socialista, e com

José Lamego, na altura secretário do PS para as Relações Internacionais. Aparentemente indignado pelo facto de aquela deputada insistir em ir para a Assembleia Nacional angolana, apesar de o partido dirigido por Savimbi a haver riscado da lista agora corrigida, o signatário da missiva alega também que "a ela se devem várias outras asneiras que envenenaram as relações da UNITA com muitos portugueses e instituições e partidos políticos portugueses". ■

NOTÍCIAS AFRICANAS é uma publicação do CENTRO DE ESTUDOS AFRO-ASIÁTICOS, do Conjunto Universitário Candido Mendes. Edição: Equipe do Programa de Estudos Africanos (Beluce Bellucci, Edson Borges, José Maria Nunes Pereira, Marcelo Bittencourt e Roquinaldo Ferreira). Produção: Gráfica Hamilton Magalhães Neto. Correspondências devem ser encaminhadas à Sociedade Brasileira de Instrução Centro de Estudos Afro-Asiáticos - Rua da Assembleia, 10, Conjunto 501 - CEP 20119-900, Rio de Janeiro, RJ, Brasil - Tel. (021) 531-2000, Ramal 259, e 531-2636. We ask for exchange.

I M P R E S S O